



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



A RECENTE DEMOGRAFIA DA ÁREA RURAL PROPRIAMENTE DITA E O “NOVO RURAL” BRASILEIRO.

ANTONIO CARLOS LAURENTI; MAURO EDUARDO DEL GROSSI;

UNB

BRASILIA - DF - BRASIL

laurenti@iapar.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Agricultura Familiar e Ruralidade

A recente demografia da área rural propriamente dita e o “novo rural” brasileiro.

Grupo de Pesquisa: 07 - Agricultura Familiar e Ruralidade

Resumo

A última década do século passado pode ser caracterizada como um curto período de transição na demografia rural brasileira, pois seu início delimitou a interrupção da pretérita tendência de declínio e foi sucedida pelo recente período de lento crescimento da população rural, resultante da expansão do pessoal ocupado em atividade não-agrícola.

As descrições disponíveis dessa tendência que inaugurou um novo mundo rural, ainda não demoveram a suspeição sobre sua genérica dispersão na zona rural, pois essa área contém algumas localidades com aglomerações de domicílios minimamente urbanizadas.

O intuito básico deste artigo é mostrar os resultados da averiguação, feita com os microdados da PNAD do período de 2001-2006 relativos à União, grandes regiões e estado do Paraná, acerca da dispersão da tendência demográfica definidora do “novo rural” brasileiro, especialmente na zona rural propriamente dita.

A conclusão relevante é que se deve rejeitar a suposição de que aumento da PEA com ocupação não-agrícola concentra-se nas localidades rurais minimamente urbanizadas, ou de menor densidade populacional. Além disso, em função do atual definição de PEA se torna relevante que a descrição do perfil da economia da nova ruralidade brasileira seja expandida para se acomodar o tradicional segmento composto pelas atividades de subsistência.

Palavras chaves: desenvolvimento rural, novo rural, atividade não-agrícola, PEA, PNAD.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Abstract

Past century's past decade may be characterized by a short transition period in Brazilian rural demography. Its start marked the interruption of the past declining trend succeeded by the recent slow growth of rural population resulting from expanding non-agricultural occupied labor.

Available description of this trend, which inaugurated a new rural world, did not demote suspicions about its generic dispersion in the rural area yet, for there one can find some clusters of households located in minimally urbanized rural places.

The basic aim of this paper is to show findings of the research, using 2001-2006 PNAD microdata for Brazil, large regions and the state of Paraná; about the demographic trend dispersion which defines the Brazilian "new rural", especially in the rural area itself.

The relevant conclusion is that one should reject the hypothesis that PEA increases concentrates in minimally urbanized rural places or in those of lower population density. Besides, giving the current PEA definition, it becomes important to describe the economic profile of the new Brazilian rurality including the traditional subsistence sector.

Key words: new rural, non-agricultural activity, PEA, PNAD, rural development.

1. Introdução¹

Na década precedente, ou no período de 1992 – 1999 (Anexo A), denota-se uma quase constância do tamanho da população rural que em sua maior parte foi devida ao substancial crescimento da população com ocupação não-agrícola, ainda que o aumento na PEA ocupada em atividade comercial não-agrícola² e na população desocupada e procurando emprego, não tenham compensado a diminuição na PEA ocupada na agricultura mercantil, resultando na redução da PEA rural engajada em atividades comerciais, isto é, afora as pessoas ocupadas em atividades de autoconsumo e autoconstrução.

A averiguação da dinâmica da população residente na zona rural brasileira, no período de 2001 a 2006, permite constatar que essa população cresceu a uma taxa de 0,5% ao ano (Anexo B), transpondo, desse modo, o estado inercial que prevaleceu durante a última década do século passado. Assim, a precedente década pode ser caracterizada como um período de transição entre a anterior tendência de declínio da população rural e a nova dinâmica demarcada pelo lento crescimento dessa população.

A referência de uma expansão renovada da população do meio rural decorre do fato de que não se trata apenas da interrupção da tradicional tendência de redução do seu tamanho, mas principalmente, da mudança na sua composição, expressa, primeiro, na diversificação da ocupação econômica de seus moradores em função do contínuo aumento da população rural economicamente ativa ocupada fora da agricultura. Sendo que essa tendência de mudança no perfil ocupacional da população residente no meio rural brasileiro já vinha se manifestando

¹ Baseado no artigo de LAURENTI, Antonio Carlos e DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **A nova ruralidade brasileira e os desafios para reajuste da P&D para a agropecuária**. Enviado ao XLVI congresso da SOBER em março/2008.

² A designação "PEA ocupada em atividade comercial não-agrícola" corresponde a uma subestimativa muito próxima da "PEA Restrita com ocupação não-agrícola", assim como entre a "PEA ocupada na agricultura mercantil" e a "PEA Restrita com ocupação agrícola", conforme mais bem especificado na segunda parte deste artigo.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



desde o início dos anos oitenta do século passado³, isto é, já vem apresentando de modo consistente ao menos por três décadas consecutivas.

Em segundo, mas não menos importante, é que juntamente com a diversificação setorial da economia rural, o acelerado ritmo de crescimento da PEA com ocupação não-agrícola também permite vislumbrar uma futura inversão na composição ocupacional dos habitantes da área rural, no qual a produção agropecuária tende a deixar de ser a atividade predominante quanto à ocupação e renda da população rural economicamente ativa.

De 2001 a 2006 o crescimento da PEA não-agrícola também não foi acompanhado do aumento do pessoal ocupado na agricultura mercantil, que experimentou uma redução sucessiva a partir de 2002, resultando na estabilidade da população rural economicamente ativa vinculada a atividades comerciais. Desse modo, o crescimento do total da população rural também contou com o aumento na população agrícola engajada em atividades de subsistência e na população não ocupada e procurando emprego (Anexo A).

Em suma, a principal semelhança na demografia dos períodos em pauta foi o crescimento da população rural com ocupação não-agrícola, sendo que as diferenças que sobressaíram foram a expansão da população rural e a suspensão na redução do pessoal ocupado na agricultura, de 2001 a 2006, com expressiva contribuição do aumento da população ocupada na produção para o próprio consumo. De maneira que o “novo rural” continua como noção relevante para o direcionamento do desenvolvimento rural do Brasil, ainda que sua concepção tenha sido elaborada com base no conceito de trabalho que prevalecia na PNAD até início de 1992. Porém, para a descrição da plenitude da atual composição ocupacional do meio rural brasileiro, em conformidade com a atual definição de PEA, é necessária a inclusão do segmento composto pelas atividades de subsistência.

Pelo atual conceito de PEA, verifica-se que o novo perfil ocupacional dos residentes do meio rural já estava delineado no Estado de São Paulo desde 2002, quando também começou crescer a população rural. Nessa Unidade da Federação, em 2006, do total da população com dez anos ou mais de idade, cerca de 38%, declarou, na PNAD, estar ocupada em atividade não-agrícola, pouco mais de um terço estava inativa, aproximadamente 16% estava engajada na agricultura mercantil, em torno de 6% estava desocupada e procurando emprego e pouco menos de 3% se ocupava na produção para o próprio consumo⁴.

A perda do prévio predomínio da PEA agrícola na composição ocupacional dos residentes na zona rural também já se verificava no estado do Rio de Janeiro em 2006 e, no futuro próximo, tende a ser a situação vigente no estado do Rio Grande do Norte⁵. Em 2006, no Distrito Federal a população rural ocupada fora da agricultura era 5,6 vezes maior que o total de pessoas com ocupação agrícola. Muito embora, na agricultura mercantil paulista venha diminuindo a PEA rural ocupada, o montante de todo o pessoal ocupado nessa atividade cresceu à taxa de 1,6% ao ano no período de 2001 a 2006, basicamente em função do crescimento da população **residente no meio urbano** e com ocupação agrícola, à taxa anual de 5,0%. Tal performance fez com que, no estado de São Paulo, a população urbana

³ Consultar o capítulo 1 elaborado por LAURENTI, Antonio Carlos e DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO DA SILVA, José (Editores). “O Novo Rural Brasileiro - Uma Análise Nacional e Regional”, Jaguariúna, São Paulo, EMBRAPA, 2000.

⁴ LAURENTI, Antonio Carlos, *op. cit.*, p 03.

⁵ Idem.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



engajada na agricultura passasse, estimativamente, a equivaler, em 2006, ao dobro da população rural ocupada na agricultura, sendo que tal preponderância da zona urbana já era nítida no ano de 2001 (Anexo C).

Ainda no plano das Unidades da Federação, tem-se que a demografia da área rural do estado do Paraná também vem se mantendo diferenciada da maior parte do país, porém em função da persistência do esvaziamento populacional da zona rural. Em 2006, a população moradora na zona rural dessa UF situou-se torno de 1,6 milhões de habitantes, isto é, teve uma redução de 122 mil habitantes em relação a 2001. Esse *déficit* não foi maior pelo fato de que a diminuição do grupamento das pessoas ocupadas na agricultura, ao redor de 125 mil pessoas foi, em parte, compensado pelo aumento no grupamento de pessoas com ocupação não-agrícola em cerca de 58 mil pessoas (Anexo D).

Considerando-se as informações dos Anexos E,F,G,H e I, tem-se que no âmbito regional, durante o período de 2001-2006, com exceção da Grande Região Sul, não se verificou diminuição na população rural sendo que o crescimento da população rural com dez anos ou mais de idade foi amplamente disperso e relativamente mais consistente no âmbito regional. Igualmente, foi amplo o declínio na população engajada na agricultura mercantil, com exceção da Grande Região Centro Oeste (+TO), e o aumento na população ocupada em atividade comercial não-agrícola, também com destaque para a região Centro Oeste (+TO). Em contrapartida, praticamente, não se verificou no plano regional, o decréscimo na PEA e na PEA ocupada em atividades comerciais, sendo que tal diminuição só se repetiu, ainda que de modo inconsistente, na região Sul.

Considerando-se o total da PEA, isto é, contabilizando-se população ocupada em atividades comerciais juntamente com as pessoas ocupadas em atividades de autoconsumo e auto-construção, denota-se, em qualquer uma das grandes regiões, que ainda persiste proeminente o crescimento da população ocupada fora da agricultura, fato que faculta estender para o plano regional a redução do predomínio da agricultura quanto à ocupação dos habitantes do meio rural. Portanto, grosso modo, o crescimento generalizado da população com ocupação não-agrícola, durante as últimas duas décadas, remete ao reconhecimento da vigência de um processo gradativo de consolidação de um novo (e mais diversificado) perfil ocupacional para o meio rural brasileiro. Porém, as exposições já efetuadas acerca da continuidade das principais tendências demográficas definidoras do novo mundo rural no período de 2001 a 2006, ainda não demoveram suspeição sobre sua genérica dispersão no meio rural, notadamente porque a zona rural também aloja algumas localidades com incipiente edificação de infraestrutura /serviço de natureza urbana e/ou com aglomeração de domicílios.

Assim, aparentemente é razoável a dúvida se o crescimento da população com ocupação não-agrícola ocorreu de maneira ubíqua na área rural ou se incidiu, na sua maior parcela, nas mencionadas localidades e de maneira minoritária na circunscrição rural exclusiva dos estabelecimentos agropecuários e de menor densidade populacional, as quais serão mais bem definidas na segunda parte deste artigo dedicada à descrição dos procedimentos metodológicos e dos conceitos utilizados. Tal dúvida se deve à condição de que não seria inusitado se a expansão do grupo de pessoas com ocupação não-agrícola acontecesse apenas nesses “aglomerados de domicílios rurais com alguma urbanização”. Ou ainda, isso seria uma ocorrência corriqueira e não destoante daquilo que comumente se esperaria que ocorresse mesmo em áreas com urbanização incipiente.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Para dirimir esse ceticismo, ou para arrefecer ou acomodar essa objeção implícita, são apresentados na terceira parte os principais resultados da tabulação feita contando-se basicamente os domicílios da situação censitária denominada de Área Rural - “Exclusive Aglomerados Rurais”, ou AREAR, a qual se caracteriza praticamente como a circunscrição dos estabelecimentos agropecuários e pela grande extensão geográfica e, por conseguinte, de baixa densidade demográfica. Enfim, o intuito básico deste artigo é, a partir dos micro-dados da PNAD do período de 2001-2006, examinar a dispersão na zona rural das principais tendências demográficas definidoras do “novo rural” brasileiro bem como, na última parte, adicionar algumas informações de âmbito local e apontar algumas trajetórias para o desenvolvimento do meio rural brasileiro fundamentado na diversificação econômica.

2. Procedimentos metodológicos e conceitos

Com o objetivo de detalhar a caracterização geográfica e melhorar a identificação da situação do domicílio, desde 1991 o IBGE vem subdividindo o município em oito situações censitárias, sendo três urbanas e cinco rurais, que se distinguem quanto à aglomeração de domicílios e concentração de infra-estrutura e de serviços urbanos⁶ conforme a seguir:

A) Urbana

1. Urbana - área efetivamente urbanizada dentro de limites do perímetro urbano.

1.1 área com construção, arruamentos e intensa ocupação humana;

1.2 área afetada por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como área de lazer, aterro etc.;

1.3 áreas reservadas à expansão urbana e adjacente às áreas anteriores.

2. Não urbanizada: área localizada no perímetro urbano que sem efetiva urbanização e ocupada com atividade agropecuária ou ociosa (não contígua àquela dos itens 1 e 2 acima).

3. Isolada: caso de vila e distrito, considerados legalmente como área urbana, mas não contígua ao núcleo do município.

B) Rural

1. Extensão urbana: área urbanizada adjacente ao perímetro urbano (com distância inferior a 1 Km), resultado do crescimento horizontal da cidade e que ainda não foi legalmente incorporada ao perímetro urbano do município;

2. Povoado: aglomeração no espaço rural que se caracteriza por não estar vinculada a um único proprietário e possuir um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender seus moradores. Os serviços que devem integrar regularmente um povoado são:

2.1- pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo;

2.2 - pelo menos dois dos três serviços seguintes:

2.2.1 – estabelecimento de ensino de primeiro grau;

2.2.2 – posto de saúde;

2.2.3 – templo religioso de qualquer credo.

⁶ Descrição efetuada com base no Anexo organizado por GRAZIANO DA SILVA, José e DEL GROSSI, Mauro Eduardo, que integra o livro **O Novo Rural Brasileiro**, *op. cit.*, p 2



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



3. **Núcleo:** é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc.), e que dispõe ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados. É considerado, pois, como característica definidora deste tipo de aglomerado o seu caráter privado empresarial;

4. **Outros:** são aglomerados que não dispõem dos serviços definidores do povoado e não estão vinculados a um único proprietário;

5. **Exclusive aglomerado rural:** área que não atende a nenhum critério de aglomeração de domicílio, existência de serviço público ou densidade populacional, se caracterizando como *área rural propriamente dita*.

Portanto, para o IBGE a enumeração corrente da população rural **não inclui** os moradores de aglomerações esparsas de domicílios, ou não contíguas ao perímetro urbano, tais como as sedes dos distritos municipais e a vilas, cujas populações são legalmente contabilizadas como urbanas. Portanto, esse procedimento de enumeração da população rural já permite demover boa parte da suspeição apontada, pois embora as mencionadas localidades situarem-se além do perímetro urbano do município suas populações são legalmente contabilizadas como urbanas e não rurais como popularmente são consideradas.

Dessa maneira, isto é, tendo-se em conta que nem tudo que se localiza fora do território da cidade é oficialmente rural, a suspeita em pauta somente passa a ser relevante se considerando apenas àquelas quatro situações censitárias rurais, definidas pelo IBGE, correspondentes ao povoado, núcleo, extensão urbana e outros.

A verificação da hipótese geral deste trabalho, ou seja, da “urbanidade”, ou não, da tendência de crescimento da população rural com ocupação não-agrícola, bem como de outras tendências que permitem caracterizar com maior amplitude a demografia da zona “genuinamente” rural, será efetuadas através da vistoria dos valores dos coeficientes angulares de equação do tipo *log - linear*, que relaciona as estimativas dos tamanhos do grupo populacional aos respectivos anos de observação.

Para aceitar ou refutar qualquer das hipóteses será utilizado o teste **t** se tendo em conta os níveis de 5%, 10% e 20% de significância. Esse teste é aplicado para verificar se a dispersão das respectivas estimativas das populações se aproxima, de modo consistente, do padrão previsto no modelo de regressão, ou indiretamente, se são aceitáveis as hipóteses firmadas com relação à evolução dos grupos populacionais em pauta⁷.

As estimativas da população economicamente ativa (PEA) correspondem à enumeração que era vigente na PNAD até 1992, aqui designado de PEA Restrita, ou PEAR, para demarcar a diferença com o conceito de PEA hoje utilizado. Conforme DEL GROSSI (2005)⁸, a PEAR não envolve a expansão conceitual feita em 1992, quando o conceito de trabalho principal passou incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, e com carga horária inferior a quinze horas semanais no trabalho principal. Todavia, esses três últimos grupos bem como a resultante “PEA ampliada”, ou PEA usual ou simplesmente PEA, serão respectivamente contabilizados também com a finalidade de se averiguar a incidência “urbana” ou não desses grupos populacionais.

⁷ Abordagens didáticas acerca dos procedimentos e testes estatísticos a serem utilizados são encontradas nos capítulos 4 e 5 do livro intitulado **Novo Rural Brasileiro**, *op. cit.*, p. 02.

⁸ *Op. cit.*, p. 02.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Enfim, serão consideradas as estimativas da população rural e dos seguintes subgrupos da população rural com dez anos ou mais de idade: PEAR; PEAR rural ocupada (que grosso modo corresponde à população ocupada em atividade comercial⁹); PEAR rural desocupada e procurando emprego, PEAR rural ocupada na agricultura (que grosso modo corresponde a PEA ocupada na agricultura mercantil), PEAR rural com ocupação não-agrícola (que grosso modo equivale à PEA ocupada em atividade comercial não-agrícola) e, por fim, a população rural não-economicamente ativa. Isto, se tendo em conta a União, afóra a Grande Região Norte, e as demais Grandes Regiões (modificadas), conforme segue.

Para comparar a demografia das duas amplitudes geográficas em foco, ou melhor, entre a zona rural como um todo e a AREAR, serão mantidas as modificações efetuadas na convencional divisão do território brasileiro em grandes regiões. Assim, o Estado de São Paulo compõe isoladamente uma grande região e, por conseguinte, a Grande Região Sudeste fica diminuída dessa UF, a Grande Região Centro Oeste será considerada na sua antiga abrangência geográfica, isto é, envolvendo o Estado de Tocantins, sendo que não será contabilizada a área rural da Grande Região Norte. Completam o conjunto as Grandes Regiões Sul e Nordeste sem alterações.

A tabulação também será feita para o estado do Paraná pelo fato dessa UF também ser conhecida como o celeiro agrícola da União, ou seja, onde a produção agrícola tem sido expressiva fonte de postos de trabalho e de renda dos habitantes do meio rural. Essa UF também tem se destacado pelo ritmo de redução na população ocupada na agricultura e de expansão do grupo de pessoas com ocupação não-agrícola, sendo que tais movimentos ocorreram em ritmo mais acelerado que aquele observado no plano nacional¹⁰.

A averiguação da incidência majoritária ou não da tendência definidora do novo mundo rural na AREAR será efetuada, na sua maior parte, tendo-se como referência a evolução da população rural de dez anos ou mais de idade.

Na estimativa da PEA, além do pessoal ocupado, será contabilizado só o total de pessoas não ocupadas e que buscaram emprego e não o conjunto, mais amplo, de pessoas que procuraram emprego. Isto evita a dupla contagem, já que segundo a PNAD, a contagem quanto à procura de emprego inclui, além da pessoa desocupada, aquela que declarou estar ocupada e que procurou emprego diferente daquele que tinha na semana de referência.

A hipótese geral de trabalho é que, no período de 2001 a 2006, afóra algumas diferenças de valor das taxas de variação anual, deve persistir na AREAR a grande maioria das tendências observadas, particularmente a de crescimento da população rural com dez anos ou mais de idade¹¹. Isto, num contexto de reincidência do encolhimento da PEAR ocupada na agricultura e de expansão da PEAR com ocupação não-agrícola, do conjunto de pessoas desocupadas e procurando emprego e do total de pessoas inativas. Ou, que a tendência de

⁹ Trata-se de uma subestimativa da população economicamente ativa ocupada em atividade comercial, pois nesse caso não se incluí o trabalhador não remunerado com carga semanal de trabalho inferior a quinze horas, de modo que, deliberadamente, o texto é perpassado pela noção de que a PEA ocupada é composta do conjunto de pessoas ocupadas em atividade comercial e do conjunto das pessoas ocupadas em atividade não-comercial (autoconsumo ou autoconstrução).

¹⁰ Sobre a evolução da população rural paranaense na década de noventa passada e sua projeção para o ano 2010 consultar o primeiro artigo do livro denominado “ORNAs – Ocupações Rurais Não-agrícolas”, *op cit* pg 02.

¹¹ Essa hipótese também se fundamenta nos resultados obtidos por Del Grossi e Graziano da Silva, a partir dos microdados das PNAD de 2001 a 2004, especialmente quanto ao crescimento da população rural com ocupação não-agrícola. Tais resultados foram divulgados no artigo intitulado “Mudanças recentes no mercado de trabalho rural”, apresentado no XLIV Congresso da SOBER, feito em Fortaleza/CE, 2006.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



crescimento da população rural com dez anos ou mais de idade vem sendo acompanhada da redução do predomínio quantitativo da população rural com ocupação na agricultura mercantil no território brasileiro. Idem para as Grandes Regiões e estado do Paraná.

O declínio do predomínio da agricultura será aferido via aplicação do modelo de regressão aos valores da relação **-PEAR não-agrícola / PEAR agrícola-**. Igualmente, a prevalência da função de moradia será aferida pelos valores das proporções **-Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade-** e **-(Não-economicamente ativa + não ocupada e procurando emprego) / Com dez anos ou mais de idade-**.

Em termos específicos também se espera que na AREAR ocorra:

- a) a persistência do inexpressivo do crescimento da população rural nordestina ocupada em atividade comercial não-agrícola;
- b) a continuidade do aumento da população rural paulista com dez anos ou mais de idade devido a expansão da PEA ocupada em atividade comercial não-agrícola;
- c) a manutenção, nas grandes regiões Sudeste (-SP) e Sul, do acentuado ritmo de expansão da PEA rural ocupada em atividade comercial não-agrícola, porém incapaz de evitar a redução do total da PEA ocupada em atividade comercial;
- d) o aumento da PEAR rural ocupada na grande região Centro Oeste (+TO) devido ao crescimento da PEA ocupada em atividade comercial não-agrícola e da PEA ocupada na agropecuária mercantil,;
- e) a reincidência da dinâmica da população rural paranaense com ritmo mais acentuado, em relação à União, de declínio da PEA ocupada na agricultura mercantil e de aumento da PEA ocupada em atividade comercial não-agrícola.

3. A concentração majoritária da PEA com ocupação não-agrícola na área rural propriamente dita.

3.1 Contexto nacional

Em prol da pertinência da verificação proposta aponta-se que, em 2006, cerca de 87% da população da zona rural inteira residia na AREAR e que a PEA rural com ocupação não-agrícola perfazia 15% do total da população rural. Assim, havia a possibilidade de que a maior parte do pessoal com ocupação não-agrícola poderia ter sido composta por habitantes dos “aglomerados rurais com alguma urbanização”. Nesse caso, a expansão desse grupo populacional, reconhecida como destoante na recente demografia da área rural brasileira, seria um processo urbano, ainda que não circunscrito ao território da cidade.

A observação das estimativas colocadas na Tabelas 01 a seguir, permite dirimir, de imediato, a suposta dúvida de incidência restrita tanto da PEAR como da PEA com ocupação não-agrícola na AREAR. Isto porque, em 2006, cerca de 3,2 milhões de pessoas de um total de quase 4,0 milhões de moradores da área rural com ocupação não-agrícola, ou aproximadamente 78%, residiam na AREAR. O crescimento desse grupo populacional à taxa de 4,4% ao ano, no período de 2001 a 2006, certamente contribuiu para o consistente crescimento da população rural com dez anos ou mais de idade, bem como para o aumento de 171 mil pessoas na população rural, na zona de menor densidade populacional da área rural do Brasil, ainda que a expansão desta última população tenha sido intermitente no período em foco.

A oscilante evolução da população rural da AREAR derivou da variação positiva dos vários grupos (e subgrupos) populacionais em consideração, com exceção na PEA ocupada na agricultura mercantil. Tais resultados sinalizam para a aceitação da hipótese geral de

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

reincidência do processo de diversificação da ocupação econômica das pessoas residentes nas áreas rurais do Brasil, ou da constituição de um novo mundo rural brasileiro. À semelhança do ocorrido para a área rural como um todo, a suposta acentuação da gradativa perda da função de local de trabalho que o meio rural exercia para substancial parte de seus moradores também não foi observada na AREAR, conforme sugerem as tendências de declínio dos valores da proporção **-Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade-** e na relação **-Sem ocupação/Com dez anos ou mais de idade-**, mostrados na Tabela 02.

Igualmente, reafirmou-se a gradativa perda da supremacia da agricultura mercantil na dinâmica ocupacional do meio rural, conforme pode ser verificado pelos valores da proporção **-PEAR agrícola / Com dez anos ou mais de idade-**, também mostrados na Tabela 02. Assim, observa-se que, em 2006, cerca de 61% das pessoas domiciliadas na AREAR com dez anos ou mais de idade já não tinham vínculos ocupacionais na atividade agrícola. Essa crescente exaustão do predomínio da agricultura mercantil na AREAR também se denota no âmbito do pessoal ocupado, conforme pode ser aferido pelas informações das duas tabelas já citadas. Primeiro, pelo acentuado crescimento do grupo de pessoas ocupadas em atividade comercial não-agrícola (4,3%) e a conseqüente elevação de sua participação relativa no total de pessoas ocupadas no meio rural (indiretamente evidenciado pela tendência de declínio da relação **-PEAR agrícola / PEAR ocupada-** ao ritmo de -1,4% ao ano). Por último, pela elevada taxa anual de crescimento (5,8%) na proporção **-PEAR não-agrícola/PEAR agrícola-**.

Embora no contexto da “PEA ampliada rural” se verifique um vagaroso crescimento do grupo de pessoas com ocupação agrícola, a tendência ainda é de prevalecer o movimento de redução do predomínio da agricultura na ocupação de pessoas na AREAR. Consolida isso

Tabela 01. População do Brasil residente na situação censitária Zona Rural Exclusive Aglomerado Rural, segundo a condição na ocupação e setor de atividade principal, na semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						t ³ %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
	1.000 pessoas						
Total¹	24.215	24.083	24.199	24.060	24.675	24.386	0,3 *
Com 10 anos ou mais de idade	18.989	19.063	19.261	19.210	19.874	19.811	1,0 ***
Economicamente ativa (ampliada)	13.388	13.629	13.686	13.690	14.349	13.990	1,1 ***
Ocupada	13.126	13.353	13.431	13.398	14.025	13.657	1,0 ***
Grupamento não-agrícola	2.603	2.668	2.711	2.821	3.125	3.171	4,4 ***
Grupamento agrícola	10.523	10.685	10.720	10.578	10.899	10.486	0,1 _
Não remunerada	362	401	396	443	460	449	4,7 ***
Não-agrícola	27	33	33	24	35	42	5,7
Agrícola	335	367	364	419	425	407	4,5 ***
Próprio uso ou consumo	1.812	1.841	1.977	1.900	2.232	2.322	5,2 ***
Autoconstrução	10	8	15	6	11	17	9,1 _
Autoconsumo	1.802	1.833	1.962	1.895	2.221	2.305	5,2 ***
Economicamente ativa (restrita) ²	11.214	11.388	11.312	11.346	11.657	11.219	0,2 _
Ocupada	10.952	11.112	11.057	11.055	11.333	10.886	0,1 _
Não-agrícola	2.566	2.627	2.664	2.791	3.079	3.112	4,3 ***
Agrícola	8.386	8.485	8.394	8.264	8.254	7.774	-1,4 ***
Não ocupada e procurando emprego	262	276	255	292	325	333	5,4 ***
Não-economicamente ativa	5.600	5.433	5.570	5.519	5.524	5.821	0,7 _

Fonte: FIBGE – Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Afora as áreas rurais dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

2) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

3) Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Tabela 02. Evolução da participação relativa entre os principais agrupamentos da população do Brasil residente na situação censitária Zona Rural Exclusive Aglomerado Rural, e taxa anual de crescimento no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						t ²
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	%
Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade	0,295	0,285	0,289	0,287	0,278	0,294	-0,3 _
Sem ocupação econômica ¹ / Com dez anos ou mais de idade	0,309	0,299	0,302	0,302	0,294	0,311	-0,1 _
PEAR agrícola / Com dez anos ou mais de idade	0,442	0,445	0,436	0,430	0,415	0,392	-2,3 ***
PEAR agrícola / PEAR ocupada	0,766	0,764	0,759	0,748	0,728	0,714	-1,4 ***
PEAR não-agrícola / PEAR agrícola	0,306	0,310	0,317	0,338	0,373	0,400	5,8 ***
PEA não-agrícola / PEA agrícola	0,247	0,250	0,253	0,267	0,287	0,302	4,3 ***
Autoconsumo / Grupamento agrícola	0,171	0,172	0,183	0,179	0,204	0,220	5,1 ***

Fonte: FIBGE – Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Sem ocupação econômica = Não-economicamente ativa + não ocupada e procurando emprego.

2) Taxa média de variação anual. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

o fato de que no período 2001 a 2006 a proporção de pessoas ocupadas com produção para o autoconsumo cresceu a uma taxa de 5,1% ao ano, fazendo com que, ao final, uma em cada cinco pessoas ocupadas na agricultura estivesse engajada na produção de autoconsumo, conforme informado na Tabela 02.

A despeito da notória perda de predomínio do setor agrícola no cenário da AREAR, a agricultura mercantil deverá, em médio prazo, permanecer como segmento majoritário da PEAR rural ocupada, conforme pode ser sugerido pela observação dos valores pouco acima de 0,7 da proporção **-PEAR agrícola / PEAR ocupada-** no período de 2001 a 2006.

Em síntese, o que se constata é que as tendências demográficas observadas para área rural como um todo decorre, na sua maior parte, da dinâmica da população localizada na situação censitária de nome Zona Rural Exclusive Aglomerado Rural, de menor densidade populacional. Isto porque nessa circunscrição o crescimento da população residente com dez anos ou mais de idade também derivou dos acréscimos no grupo de pessoas com ocupação em atividade comercial não-agrícola e da redução da participação absoluta e relativa do pessoal ocupado na agricultura mercantil. Isto, num contexto de expansão do grupo de pessoas com ocupação em atividades de produção para o próprio consumo. Tais movimentos dos maiores grupos populacionais da área rural reafirmam os novos contornos do mundo rural e, por conseguinte, acentua a relevância de se reexaminar o conjunto de políticas públicas para a melhoria das condições de vida dos habitantes do meio rural brasileiro.

3.2 Contexto regional

No âmbito regional, a evolução da população da AREAR, no período de 2001 a 2006 revelou-se desuniforme, pois apresentou crescimento nas grandes regiões do Nordeste e do Centro Oeste (+TO) e redução na região Sul, sendo que se manteve praticamente estável na grande região Sudeste (-SP), (porém com indicação de declínio), e em São Paulo, (com viés de crescimento). A população com dez anos ou mais de idade também foi crescente nas grandes regiões do Nordeste e do Centro Oeste (+TO) e manteve-se invariável noutras regiões. Isto é, na maior parte das regiões a evolução dessas populações não reproduziu na plenitude as tendências observadas para a totalidade da zona rural, ainda que em nenhuma grande região tenha se notado qualquer redução nessa população.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Em contrapartida, em todas as grandes regiões se verificou o crescimento consistente do grupo de pessoas ocupadas fora da agricultura, sendo que apenas na região Centro Oeste (+TO) foi registrado o aumento de pessoas do grupo agrícola, conforme se verifica pelas informações da série de Tabelas 03 a 07. Assim, é plausível aceitar, a despeito das diferenças apontadas, que as principais tendências de variação no tamanho e na composição da população rural com dez anos ou mais de idade se repetiram de modo quase similar entre o total da a população rural e a aquela residente na AREAR.

No plano regional e quanto à proeminência ou não da função de moradia no meio rural tem-se que, de modo similar ao que ocorreu no âmbito zona rural como um todo, no âmbito da AREAR também vem se reduzindo a importância relativa dessa funcionalidade, segundo se nota pelas informações postas nas Tabelas 08 a 12. Isto porque, afora a região Sul, se verificou a tendência de diminuição do valor da proporção entre a **-População não-economicamente ativa/População com dez anos ou mais de idade-**. Também foi declinante o valor da proporção **-Sem ocupação econômica / População com dez anos ou mais de idade-**.

A observação da dinâmica da AREAR a partir do atual conceito de PEA também permite verificar poucas mudanças em relação à plenitude da zona rural, no período de 2001 a 2006. Isto porque a PEA e a PEA ocupada não apresentaram indicativos de diminuição em nenhuma grande região, principalmente devido ao genérico e acentuado ritmo de crescimento da PEA ocupada fora da agricultura. A principal diferença foi a irregular evolução da PEA ocupada na agricultura, com destaque para a ampla redução desse grupamento populacional na região Sul e aumento na região do Centro Oeste (+TO).

Nestes termos, o expressivo crescimento da população ocupada fora da agropecuária na AREAR permite estender para o plano regional a possibilidade de prevalência do movi-

Tabela 03. População da Região Nordeste residente na situação censitária Zona Rural Exclusiva Aglomerado Rural, segundo a condição na ocupação e setor de atividade principal, na semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						T ² %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
	1.000 pessoas						
Total	12.321	12.380	12.434	12.244	12.659	12.543	0,4 *
Com 10 anos ou mais de idade	9.336	9.542	9.616	9.495	9.896	9.896	1,1 ***
Economicamente ativa (ampliada)	6.399	6.639	6.680	6.607	7.016	6.741	1,2 **
Ocupada	6.282	6.532	6.584	6.488	6.876	6.609	1,1 **
Grupamento não-agrícola	1.031	1.039	1.020	1.063	1.232	1.208	3,9 ***
Grupamento agrícola	5.251	5.493	5.564	5.425	5.644	5.401	0,6 _
Não remunerada	163	215	227	248	266	264	9,4 ***
Não-agrícola	12	17	20	17	27	28	17,0 ***
Agrícola	151	198	207	231	239	236	8,7 ***
Próprio uso ou consumo	920	886	1.011	964	1.187	1.240	6,9 ***
Autoconstrução	3	4	9	2	7	10	17,2 _
Autoconsumo	916	882	1.002	962	1.179	1.230	6,8 ***
Economicamente ativa (restrita) ¹	5.316	5.537	5.442	5.395	5.563	5.236	-0,2 _
Ocupada	5.199	5.430	5.346	5.276	5.423	5.105	-0,3 _
Não-agrícola	1.016	1.018	991	1.044	1.197	1.171	3,6 ***
Agrícola	4.183	4.413	4.355	4.232	4.226	3.934	-1,3 *
Não ocupada e procurando emprego	117	107	96	119	140	131	4,7 *
Não-economicamente ativa	2.937	2.903	2.932	2.888	2.879	3.155	0,9 _

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2) Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural**Tabela 04. População da Região Sudeste (-SP) residente na situação censitária Zona Rural Exclusive Aglomerado, Rural, segundo a condição na ocupação e setor de atividade principal, na semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.**

Item	Ano						T ² %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
1.000 pessoas							
Total	3.884	3.667	3.701	3.641	3.714	3.765	-0,4 _
Com 10 anos ou mais de idade	3.123	2.989	3.033	2.988	3.060	3.152	0,3 _
Economicamente ativa (ampliada)	2.200	2.191	2.131	2.120	2.226	2.269	0,6 _
Ocupada	2.154	2.152	2.086	2.080	2.190	2.217	0,6 _
Grupamento não-agrícola	412	425	436	452	453	495	3,3 ***
Grupamento agrícola	1.742	1.727	1.650	1.628	1.737	1.721	-0,2 _
Não remunerada	56	41	37	33	53	48	-0,1 _
Não-agrícola	4	10	3	2	3	5	-10,6 _
Agrícola	51	31	34	32	50	44	1,7 _
Próprio uso ou consumo	357	437	382	366	415	432	2,2 _
Autoconstrução	1	1	3	2	1	2	15,3 _
Autoconsumo	356	436	378	365	414	430	2,2 _
Economicamente ativa (restrita) ¹	1.788	1.713	1.713	1.721	1.757	1.789	0,2 _
Ocupada	1.741	1.675	1.667	1.680	1.722	1.737	0,2 _
Não-agrícola	406	414	429	449	449	489	3,5 ***
Agrícola	1.335	1.261	1.238	1.231	1.273	1.247	-0,9 *
Não ocupada e procurando emprego	47	38	45	40	36	52	0,6 _
Não-economicamente ativa	922	798	902	867	834	883	-0,4 _

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto, ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2) Taxa média de variação anual expressa em porcentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

Tabela 05. População do Estado de São Paulo residente na situação censitária Zona Rural Exclusive Aglomerado, Rural, segundo a condição na ocupação e setor de atividade principal, na semana de referência Da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						t ² %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
1.000 pessoas							
Total	1.650	1.660	1.643	1.629	1.767	1.622	0,3 _
Com 10 anos ou mais de idade	1.345	1.328	1.332	1.308	1.462	1.363	1,0 _
Economicamente ativa (ampliada)	848	780	784	807	918	848	1,5 _
Ocupada	803	712	723	746	840	781	1,1 _
Grupamento não-agrícola	361	378	387	395	474	445	5,1 ***
Grupamento agrícola	441	334	336	351	366	336	-3,0 _
Não remunerada	11	4	5	3	3	5	-12,6 *
Não-agrícola	2	3	3	2	1	3	-4,4 _
Agrícola	9	2	2	3	3	3	-11,7 _
Próprio uso ou consumo	55	34	46	60	48	48	1,8 _
Autoconstrução	2	1	0	0	2	4	_
Autoconsumo	53	33	46	60	46	44	1,0 _
Economicamente ativa (restrita) ¹	782	742	733	743	867	795	1,6 _
Ocupada	737	674	672	682	789	728	1,2 _
Não-agrícola	358	374	384	395	471	439	5,1 ***
Agrícola	379	299	289	287	318	289	-3,3 *
Não ocupada e procurando emprego	45	68	60	62	78	67	7,0 **
Não-economicamente ativa	497	548	548	501	545	515	0,2 _

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2) Taxa média de variação anual expressa em porcentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural**Tabela 06. População da Região Sul residente na situação censitária Zona Rural Exclusive Aglomerado Rural, segundo a condição na ocupação e setor de atividade principal, na semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.**

Item	Ano					t ² %	
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005		2.006
1.000 pessoas							
Total	4.683	4.739	4.612	4.699	4.636	4.591	-0,4*
Com 10 anos ou mais de idade	3.867	3.902	3.849	3.962	3.919	3.888	0,2_
Economicamente ativa (ampliada)	2.998	3.082	3.086	3.089	3.053	3.037	0,1_
Ocupada	2.962	3.038	3.044	3.038	3.007	2.979	0,0_
Grupamento não-agrícola	616	655	664	696	725	754	4,0***
Grupamento agrícola	2.346	2.383	2.381	2.342	2.281	2.225	-1,2***
Não remunerada	108	120	107	122	103	105	-1,2_
Não-agrícola	8	3	4	2	1	6	-12,2_
Agrícola	100	118	103	119	102	100	-0,8_
Próprio uso ou consumo	334	333	361	312	371	407	3,4*
Autoconstrução	2	1	2	0	1	1	-14,4_
Autoconsumo	332	332	359	312	370	405	3,4*
Economicamente ativa (restrita) ¹	2.557	2.628	2.618	2.655	2.579	2.524	-0,3_
Ocupada	2.520	2.585	2.576	2.604	2.533	2.467	-0,4_
Não-agrícola	607	651	658	692	724	747	4,1***
Agrícola	1.914	1.934	1.918	1.911	1.809	1.720	-2,1***
Não ocupada e procurando emprego	37	43	42	51	46	57	7,9***
Não-economicamente ativa	868	820	762	873	865	851	0,6_

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2) Taxa média de variação anual expressa em porcentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

Tabela 07. População da Região Centro Oeste (+TO) residente na situação censitária Zona Rural Exclusive Aglomerado Rural, segundo a condição na ocupação e setor de atividade principal, na semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano					t ² %	
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005		2.006
1.000 pessoas							
Total	1.677	1.636	1.807	1.847	1.899	1.865	2,9***
Com 10 anos ou mais de idade	1.318	1.302	1.431	1.457	1.538	1.513	3,5***
Economicamente ativa (ampliada)	942	938	1.005	1.066	1.137	1.096	4,1***
Ocupada	926	919	993	1.047	1.112	1.071	3,9***
Grupamento não-agrícola	183	172	205	214	241	269	8,9***
Grupamento agrícola	743	747	788	833	871	803	2,6***
Não remunerada	25	21	20	36	34	26	6,8_
Não-agrícola	1	1	2	25	2	1	10,8_
Agrícola	23	19	17	34	32	24	7,0_
Próprio uso ou consumo	147	150	178	197	211	196	7,6***
Autoconstrução	2	0	1	1	0	1	-13,7_
Autoconsumo	145	150	177	196	211	195	7,8***
Economicamente ativa (restrita) ¹	770	767	807	833	891	874	3,2***
Ocupada	754	748	796	813	867	850	3,1***
Não-agrícola	179	170	202	210	239	267	9,1***
Agrícola	575	578	594	603	628	583	1,0_
Não ocupada e procurando emprego	16	19	12	20	25	25	10,5*
Não-economicamente ativa	376	364	426	390	401	417	2,1*

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à contagem da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2) Taxa média de variação anual expressa em porcentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

mento de redução do predomínio da agricultura quanto à ocupação de pessoas do meio rural. Atesta isso, o acelerado ritmo das variações anuais positivas da proporção **-PEA não-agrícola / PEA agrícola-**, durante o período de 2001 a 2006, em todas as regiões, conforme pode ser visto pelos valores das respectivas taxas anuais mostradas nas Tabelas 08 a 12. Assim, a falta de indicativos de redução na PEAR rural ocupada na AREAR, em qualquer uma das regiões, decorreu da genérica expansão na PEAR ocupada em atividade comercial não-agrícola, cujo aumento permitiu compensar de modo superavitário a redução da quantidade de pessoas ocupadas na agricultura mercantil na maioria das grandes regiões.

A perspectiva de reversão gradativa da supremacia da atividade agrícola quanto à ocupação das pessoas residentes na AREAR pouco se altera quando se considera o conceito de

Tabela 08. Evolução da participação relativa entre os principais agrupamentos da população da Região Nordeste residente na situação censitária Zona Rural Exclusive Aglomerado Rural, e taxa anual de crescimento no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						t ² %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade	0,315	0,304	0,305	0,304	0,291	0,319	-0,2 _
Sem ocupação econômica ¹ / Com dez anos ou mais de idade	0,327	0,315	0,315	0,317	0,305	0,332	-0,1 _
PEAR agrícola / Com dez anos ou mais de idade	0,448	0,462	0,453	0,446	0,427	0,398	-2,4 ***
PEAR agrícola / PEAR ocupada	0,805	0,813	0,815	0,802	0,779	0,771	-1,0 ***
PEAR não-agrícola / PEAR agrícola	0,243	0,231	0,228	0,247	0,283	0,298	5,0 ***
PEA não-agrícola / PEA agrícola	0,196	0,189	0,183	0,196	0,218	0,224	3,3 **
Autoconsumo / Grupamento agrícola	0,174	0,161	0,180	0,177	0,209	0,228	6,2 ***

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2005. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Sem ocupação econômica = Não-economicamente ativa + não ocupada e procurando emprego.

2) Taxa média de variação anual. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

Tabela 09. Evolução da participação relativa entre os principais agrupamentos da população da Região Sudeste (-SP) Residente na situação censitária Zona Rural Exclusive Aglomerado Rural, e taxa anual de crescimento no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						t ² %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade	0,295	0,267	0,297	0,290	0,273	0,280	-0,6
Sem ocupação econômica ¹ / Com dez anos ou mais de idade	0,310	0,280	0,312	0,304	0,284	0,297	-0,6
PEAR agrícola / Com dez anos ou mais de idade	0,427	0,422	0,408	0,412	0,416	0,396	-1,2 ***
PEAR agrícola / PEAR ocupada	0,767	0,753	0,742	0,733	0,740	0,718	-1,1 ***
PEAR não-agrícola / PEAR agrícola	0,305	0,329	0,347	0,365	0,352	0,392	4,4 ***
PEA não-agrícola / PEA agrícola	0,236	0,246	0,264	0,278	0,261	0,288	3,5 ***
Autoconsumo / Grupamento agrícola	0,205	0,252	0,229	0,224	0,238	0,250	2,3

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Sem ocupação econômica = Não-economicamente ativa + não ocupada e procurando emprego.

2) Taxa média de variação anual. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

Tabela 10. Evolução da participação relativa entre os principais agrupamentos da população do Estado de São Paulo residente na situação censitária Zona Rural Exclusive Aglomerado Rural, e taxa anual de crescimento no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						t ² %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade	0,369	0,412	0,411	0,383	0,372	0,378	-0,8 _
Sem ocupação econômica ¹ / Com dez anos ou mais de idade	0,403	0,464	0,457	0,430	0,425	0,427	-0,1 _

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

PEAR agrícola / Com dez anos ou mais de idade	0,282	0,225	0,217	0,219	0,217	0,212	-4,3**
PEAR agrícola / PEAR ocupada	0,515	0,444	0,429	0,420	0,403	0,397	-4,5***
PEAR não-agrícola / PEAR agrícola	0,943	1,250	1,328	1,378	1,483	1,518	8,7***
PEA não-agrícola / PEA agrícola	0,818	1,130	1,151	1,127	1,294	1,325	8,3***
Autoconsumo / Grupamento agrícola	0,120	0,099	0,136	0,173	0,125	0,131	4,1_

Fonte: FIBGE – Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Sem ocupação econômica = Não-economicamente ativa + não ocupada e procurando emprego.

2) Taxa média de variação anual. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste **t** revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.**Tabela 11. Evolução da participação relativa entre os principais agrupamentos da população da Região Sul residente na situação censitária Zona Rural Exclusive Aglomerado Rural, e taxa anual de crescimento no período de 2001 a 2006.**

Item	Ano						T ² %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade	0,225	0,210	0,198	0,220	0,221	0,219	0,4_
Sem ocupação econômica ¹ / Com dez anos ou mais de idade	0,234	0,221	0,209	0,233	0,233	0,234	0,7_
PEAR agrícola / Com dez anos ou mais de idade	0,495	0,496	0,498	0,482	0,462	0,442	-2,3***
PEAR agrícola / PEAR ocupada	0,759	0,748	0,745	0,734	0,714	0,697	-1,6***
PEAR não-agrícola / PEAR agrícola	0,317	0,337	0,343	0,362	0,400	0,434	6,3***
PEA não-agrícola / PEA agrícola	0,263	0,275	0,279	0,297	0,318	0,339	5,2***
Autoconsumo / Grupamento agrícola	0,142	0,139	0,151	0,133	0,162	0,182	4,7**

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Sem ocupação econômica = Não-economicamente ativa + não ocupada e procurando emprego.

2) Taxa média de variação anual. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste **t** revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.**Tabela 12. Evolução da participação relativa entre os principais agrupamentos da população da Região Centro Oeste (+TO) residente na situação censitária Zona Rural Exclusive Aglomerado Rural, e taxa anual de crescimento no período de 2001 a 2006.**

Item	Ano						t ² %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade	0,285	0,280	0,298	0,268	0,261	0,275	-1,4_
Sem ocupação econômica ¹ / Com dez anos ou mais de idade	0,298	0,294	0,306	0,281	0,277	0,292	-1,0_
PEAR agrícola / Com dez anos ou mais de idade	0,436	0,444	0,415	0,414	0,408	0,385	-2,5***
PEAR agrícola / PEAR ocupada	0,762	0,773	0,747	0,742	0,725	0,686	-2,0***
PEAR não-agrícola / PEAR agrícola	0,312	0,294	0,339	0,349	0,380	0,457	8,0***
PEA não-agrícola / PEA agrícola	0,246	0,230	0,260	0,257	0,277	0,335	6,1***
Autoconsumo / Grupamento agrícola	0,195	0,201	0,224	0,235	0,242	0,243	5,0***

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Sem ocupação econômica = Não-economicamente ativa + não ocupada e procurando emprego.

2) Taxa média de variação anual. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste **t** revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

PEA ampliada, conforme atesta os valores da proporção entre **-PEA não-agrícola / PEA agrícola-**, colocados nas Tabelas 08 a 12, nas quais se denota a perda da importância relativa do grupo de pessoas com ocupação agrícola ou, indiretamente, o declínio da supremacia econômica da agricultura no meio rural brasileiro.

Enfim, grosso modo, é razoável assumir que o referido *superávit* propiciado pelo aumento do grupo de pessoas com ocupação não-agrícola remete à aceitação das respectivas hipóteses enunciadas acerca da dinâmica regional da população residente nas áreas rurais do Brasil, ou mais diretamente, da gradativa consolidação de um novo perfil para o meio rural brasileiro. Assim, na Grande Região Nordeste, a população rural com dez anos ou mais de

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

idade da AREAR apresentou, no período de 2001 a 2006, movimentos similares àqueles observados para a população da área rural inteira, isto é, também mostrou a expansão da população de dez anos ou mais de idade e a retração na PEAR e na PEAR ocupada e de aumento acelerado da PEAR não-agrícola e de declínio da PEAR agrícola.

Conforme suposto, a população domiciliada na AREAR paulista continuou se distinguindo das demais, primeiro por apresentar viés de crescimento e, segundo, pela circunstância de que a atividade agrícola mercantil deixou, a partir de 2002, de ser o principal setor econômico quanto à ocupação das pessoas. Isto é, à semelhança do total da população rural paulista a população residente na AREAR também já apresentava um perfil inverso daquele apresentado pela União como um todo.

O recuo da participação relativa do pessoal ocupado na agropecuária mercantil também se verificou na Grande Região Centro Oeste (+TO), muito embora nessa região de expansão de fronteira agrícola, a população rural com ocupação agropecuária mercantil também tenha apresentado sinais de crescimento, no período de 2001 a 2006. A retração na participação relativa da PEAR ocupada na agricultura mercantil é mais bem denotada pelo acréscimo do valor da proporção entre a -PEAR não-agrícola / PEAR agrícola-, conforme ilustrado pelas informações apresentadas na Tabela 12.

Com relação às AREAR das Grandes Regiões Sudeste (-SP) e Sul tem-se que, de modo similar à evolução demográfica da área rural como um todo, o declínio da população rural engajada na agricultura mercantil não foi compensado pelo aumento da PEA rural com ocupação comercial não-agrícola, resultando na diminuição do total da população rural e da população rural com dez anos ou mais de idade, no período de 2001 a 2006.

Enfim, nos dias atuais é plausível considerar que na maioria das regiões também não se verifica a correspondência direta entre o êxodo agrícola e a diminuição da população residente na AREAR, ou ainda, que o avanço da população rural com ocupação não-agrícola é o movimento demográfico, embora com incidência desigual, comum a todas as regiões que sinaliza para a ampla aplicabilidade da noção que se tem denominado de “novo rural” brasileiro. Complementa isso, o fato de que a quantidade de pessoas vinculadas à produção de autoconsumo e residente na AREAR apresentou crescimento consistente na maioria das grandes regiões, sendo esse mais um resultado em prol de um tratamento específico dessa modalidade de ocupação das pessoas dentro da nova ruralidade brasileira.

3.3 Contexto paranaense

A dinâmica da população da AREAR do estado do Paraná, grosso modo, apresentou uma demografia pouco distinta da área rural como um todo, no período de 2001 a 2006, conforme atestam as estimativas dos tamanhos de diversos grupos da população rural dessa UF mostradas na Tabela 13. Mais diretamente, essas estimativas não modificam a aceitação

Tabela 13. População do Estado do Paraná residente na situação censitária Zona Rural Exclusive Aglomerado Rural, segundo a condição na ocupação e setor de atividade principal, na semana de referência da PNAD, e taxa anual de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						t ² %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
	1.000 pessoas						
Total	1.691	1.629	1.565	1.621	1.617	1.565	-1,1**
Com 10 anos ou mais de idade	1.379	1.334	1.286	1.339	1.339	1.299	-0,7_
Economicamente ativa (ampliada)	1.037	998	995	991	1.005	990	-0,6*
Ocupada	1.019	977	983	964	985	969	-0,7*

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Grupamento não-agrícola	194	216	199	217	241	243	4,5***
Grupamento agrícola	825	761	784	746	744	727	-2,1***
Não remunerada	33	31	34	39	36	30	0,5_
Não-agrícola	2	0	0	1	1	3	_
Agrícola	31	31	34	38	36	26	-0,5_
Próprio uso ou consumo	116	106	117	106	138	146	5,3**
Autoconstrução	2	1	1	0	1	1	-18,3*
Autoconsumo	114	105	117	106	137	145	5,6**
Economicamente ativa (restrita) ¹	888	862	845	846	831	814	-1,5***
Ocupada	870	840	833	819	811	794	-1,6***
Não-agrícola	190	215	199	216	240	239	4,6***
Agrícola	680	626	634	603	571	555	-3,7***
Não ocupada e procurando emprego	18	22	12	27	20	20	3,2_
Não-economicamente ativa	342	335	291	348	334	309	-1,0_

Fonte: FIBGE – Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2) Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

da hipótese de trabalho para situação censitária em foco de que o aumento da PEAR ocupada em atividade comercial não-agrícola não foi suficiente para sobrepor a redução da PEAR rural ocupada na agricultura mercantil paranaense.

Novamente, ainda que a distribuição seqüencial do valor das estimativas anuais da população também não tenha tido, aparentemente, uma convergência muito próxima daquela expressa pelo modelo de regressão preconizado, a principal semelhança com relação à União é que a população rural e a população rural com dez anos ou mais de idade da AREAR paranaense também não apresentaram tendência de crescimento no período de 2001 a 2006, assim como as diminuições PEA total e ocupada e na PEAR total e ocupada. Considerando-se as informações da Tabela 14, a população da AREAR, em 2006, situou-se em torno de 1,6 milhões de habitantes. Isto é, experimentou uma redução de 125 mil habitantes em relação a 2001. Esse *déficit* teria sido, seguramente, maior caso a redução do grupo das pessoas ocupadas na agricultura não fosse, em grande parte, compensado pela expansão do grupamento de pessoas ocupadas em atividade comercial não-agrícola. Assim, conforme previamente suposto, também na AREAR paranaense a expansão da PEA não-agrícola foi insuficiente para compensar o decréscimo na PEA agrícola. Neste contexto, conforme pode

Tabela 14. Evolução da participação relativa entre os principais agrupamentos da população do Estado do Paraná residente na situação censitária Zona Rural Exclusiva Aglomerado Rural, e taxa anual de crescimento no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						t ² %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade	0,248	0,251	0,226	0,260	0,249	0,238	-0,3_
Sem ocupação econômica ¹ / Com dez anos ou mais de idade	0,261	0,267	0,235	0,280	0,264	0,254	0,0_
PEAR agrícola / Com dez anos ou mais de idade	0,493	0,469	0,493	0,450	0,427	0,427	-3,1***
PEAR agrícola / PEAR ocupada	0,782	0,745	0,761	0,736	0,704	0,699	-2,1***
PEAR não-agrícola / PEAR agrícola	0,279	0,343	0,314	0,359	0,420	0,430	8,6***
PEA não-agrícola / PEA agrícola	0,235	0,284	0,254	0,291	0,324	0,334	6,8***
Autoconsumo / Grupamento agrícola	0,138	0,138	0,149	0,142	0,184	0,199	7,9***

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Sem ocupação econômica = Não-economicamente ativa + não ocupada e procurando emprego.

2) Taxa média de variação anual. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

ser percebido na tabela acima, a AREAR paranaense, ainda que de maneira não consistente, também vem deixando de sediar tanto a função de trabalho como a de moradia da população



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



rural, devido à condição praticamente estacionária dos valores das proporções **-Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade-** e **-Sem ocupação econômica/Com dez anos ou mais de idade-**, devido à redução da PEAR e da PEAR ocupada.

A relativa redução da funcionalidade associada ao alojamento da ocupação econômica da população economicamente ativa na AREAR paranaense se deveu, somente, à tendência de contração da capacidade da agricultura mercantil em reter postos de trabalho. Atesta isso, a tendência consistente de redução do valor da proporção **-PEAR agrícola / Com dez anos ou mais de idade-** e da **-PEAR agrícola / PEAR ocupada-**. A redução do valor dessa última proporção também indica a continuidade do processo de perda do predomínio da agricultura como fonte de trabalho para a população rural paranaense.

Esse processo de gradativa perda de predomínio da agricultura no meio rural paranaense não se desfaz ao se considerar o atual conceito de PEA, pois conforme as informações da Tabela 14, também foi cadente a quantidade de pessoas integrantes do grupamento agrícola, o qual incluí as pessoas ocupadas na produção para o próprio consumo e parte dos trabalhadores não remunerados e ocupados em atividade agrícola. Reforça isso o fato de que o valor da relação **-PEA não-agrícola / PEA agrícola-** cresceu a uma taxa de quase 9,0% ao ano, durante o período de 2001 a 2006, tanto em função do decréscimo da PEA agrícola à taxa de -2,1% ao ano, como pelo expressivo aumento na quantidade de pessoas ocupadas fora da agricultura (taxa anual de 4,5%).

Em síntese, afóra as diferenças nos valores das taxas de variação anual, o processo de conformação do novo rural teve seqüência na AREAR do estado do Paraná no período de 2001 a 2006, resultado que se reproduz independentemente do conceito de PEA usado. Na AREAR dessa UF cresceu a importância relativa do autoconsumo, embora isso tenha decorrido, em boa parte, pelo encolhimento da PEA engajada na agricultura mercantil. Esse ganho gradativo do conjunto das pessoas ocupadas na produção para o próprio consumo na AREAR também corrobora uma revisão dos contornos do novo rural, bem como da agenda de P&D para a agropecuária, especialmente para a promoção do autoconsumo como opção de segurança alimentar para a remanescente população da zona rural paranaense.

4. Conclusão

Afóra algumas diferenças com relação à intensidade e a abrangência geográfica, as tendências definidoras do novo mundo rural brasileiro também são passíveis de serem captadas a partir da população da área rural de menor densidade populacional ou, mais precisamente, na situação censitária denominada pelo IBGE de “Área Rural Exclusive Aglomerado Rural”, ou ainda, que tais tendências dependem na sua maior parcela dos movimentos demográficos presentes na área rural associada aos estabelecimentos agropecuários, ou na área rural propriamente dita. Notadamente, quanto ao crescimento absoluto da PEA ocupada em atividade comercial não-agrícola e, por conseguinte, a redução da participação relativa da PEA ocupada na agricultura mercantil. Isto, num contexto de aumento da população rural com dez anos ou mais de idade e da PEA engajada na produção de autoconsumo.

A incidência majoritária de moradores com ocupação não-agrícola na AREAR, além de remeter à dissuasão da dúvida de que o avanço da PEA com ocupação não-agrícola ocorre basicamente em localidades rurais com alguma urbanização, também suscita que a descrição



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



da composição econômica do novo mundo rural não se limite aos três segmentos especificados por GRAZIANO DA SILVA (2000, p. 1), conforme segue,

- a) *Uma agricultura moderna, baseada em “commodities” e intimamente ligada às agroindústrias.*
- b) *Um conjunto de atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e à prestação de serviços.*
- c) *Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias impulsionadas por nichos especiais de mercado”.*

A modificação que se apresenta necessária, em função da mudança no conceito de trabalho que passou a vigorar na PNAD a partir de 1992, é a incorporação de um segmento específico associado à produção de subsistência, na sua maior parte composta pelo cultivo e/ou criação tradicional de produtos agropecuários destinadas ao autoconsumo¹². Isto porque essas últimas atividades, em 2006, arregimentaram cerca de 22% do pessoal ocupado na agricultura, tanto na plenitude da área rural como na AREAR do Brasil. Ademais, em 2006, pouco mais de 93% do total de pessoas ocupadas na agricultura de autoconsumo (cerca de 2,5 milhões) residia na AREAR. Essa incorporação conduz ao reconhecimento de que há algo de antigo no novo mundo rural, pois remete à percepção da permanência de empreendimentos que envolvem trabalho e que ainda não são comandados pelo processo de *commoditisation*, ao menos para uma significativa parcela da população rural brasileira economicamente ativa. A esse aspecto antigo se associa a condição de precariedade, pois pelo atual conceito de trabalho e, por conseguinte de PEA, basta uma jornada semanal de ao menos uma hora de trabalho em atividade de subsistência para que a pessoa seja considerada como ocupada. Em contrapartida, a demanda pelo reconhecimento de uma composição mais ampla do atual mundo rural se antepõe diante dos aspectos de segurança alimentar e de preservação dos recursos naturais ensejados, p. ex., por uma diligente pescaria.

Entretanto, o aspecto mais relevante que embasa a adequação em foco é a circunstância de que a versão original da nova composição econômica do mundo rural, ou do “novo rural”, foi efetuada tendo-se como referência o conceito de PEA (PEA Restrita) que vigorou na PNAD até 1992, sendo que ao atual conceito de PEA (PEA ampliada) corresponde uma ruralidade ainda mais diversificada em termos ocupacionais, notadamente em função da crescente importância absoluta e relativa da resultante quantidade de pessoas com ocupação na produção para o próprio consumo, as quais, pelo antigo conceito, eram consideradas como economicamente inativas.

A maior heterogeneidade da nova ruralidade suscita ao menos alguns comentários adicionais com a finalidade de enfatizar a importância de uma reavaliação das diretrizes das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, notadamente em função da coexistência de tendências demográficas diferenciadas no cenário nacional, tais como aquelas mostradas pelos estados de São Paulo e Paraná e pela grande região Centro Oeste (+TO). Inicialmente se destaca que o lento crescimento da população rural vem ocorrendo a despeito da genérica redução no total de pessoal ocupado na agricultura mercantil, sendo que a redução do pessoal ocupado na agricultura mercantil brasileira pode ser, em grande parte, atribuída ao desenvolvimento da tecnologia agrícola expresso pelo aumento da produtividade do trabalho, tanto em função do maior rendimento operacional das novas máquinas e equipamentos como

¹² A relevância do público que se pode associar a essa produção de subsistência é descrita por DELGADO, Guilherme Costa e CARDOSO JR, José Celso. Universalização dos direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. In: LEITE, Sérgio (organizador). **Políticas Públicas e agricultura no Brasil**, 2001. A descrição ampliada do novo mundo rural também angaria apoio, ainda que como parte de um setor mais amplo denominado de “setor de refúgio”, em WELLER, Jürgen. **El empleo rural en agropecuária en el istmo Centroamericano**. Santiago, Chile, CEPAL, 1997.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

pela redução do elenco dos trabalhos agrários. Nessa dinâmica, o posto de trabalho extinto no processo produtivo agrícola, poderá ou não ser compensado pela incorporação de atividade não-agrícola no próprio estabelecimento agropecuário, ou ainda no meio rural do próprio município. O posto de trabalho extinto pelo progresso técnico na produção agrícola pode ainda ser compensado no próprio meio urbano municipal, ou ainda numa dada região, contexto que enseja uma visão territorial do desenvolvimento rural.

Também pode ocorrer a não compensação pela via não-agrícola, conforme sucedeu de maneira massiva no território brasileiro a partir dos anos cinquenta do século passado, quando a industrialização brasileira não logrou o pleno emprego da economia nacional e catalisou o deslocamento da pobreza rural para a cidade. Essa modalidade de compensação de perda de posto de trabalho na agricultura ou a constituição de estabelecimentos rurais diversificados (pluriativos) e/ou de territórios rurais de economia multissetorial não é tão inusitada, pois o moderno cafeicultor brasileiro já comercializa o café em grão e não em coco, conforme era corriqueiramente praticado no território nacional. Ou seja, essa vertente de inclusão de atividade não-agrícola ao estabelecimento agropecuário, ou ao território municipal, verticalizando o processo produtivo ou compondo cadeia produtiva (ainda que curta), pode ser aplicável a qualquer outro produto agropecuário que requeira transformações mais elaboradas até seu consumo final. Nesse sentido, figura como oportuno o recente programa nacional de biocombustível, o qual poderá ensejar uma diversificação agrícola e não-agrícola do meio rural.

Uma outra vertente envolve a criação de posto de trabalho não-agrícola na zona rural via implantação de indústria **na zona urbana** de município de reduzido parque industrial, num empreendimento que se caracteriza pela remessa de “peças” da indústria para o domicílio rural e a saída de lote de produto do domicílio rural (montador) para a indústria que caracteriza esse modo de geração de posto de trabalho não-agrícola na área rural. Um exemplo dessa modalidade de “*putting-out system*”¹³, ou de industrialização difusa, é a fabricação de vestuário infantil situada no município paranaense denominado Terra Roxa. Por fim, uma alternativa que também requer o enfoque territorial do desenvolvimento, é aquela calcada em empreendimento que requer o freqüente deslocamento de trabalha-dores dos domicílios rurais para fabrica urbana, algo semelhante ao que já ocorre com as empregadas domésticas que se deslocam do meio rural para trabalhar nas residências urbanas. Nesse tipo de empreendimento o êxodo agrícola não implica em êxodo rural, ainda que nesse caso venha a se realçar a função de dormitório do domicílio rural.

Em qualquer das modalidades é imprescindível a capacitação profissional do pessoal a ser envolvido assim como um ambiente favorável à inovação, inclusive para melhoria na base técnica das atividades agrícolas, ainda que tais mudanças impliquem no aumento da produtividade do trabalho e, por consequência, na liberação de jornadas para outra atividade agrícola ou não, dentro ou fora do estabelecimento agropecuário. Ao menos é o que permite sugerir o atual desenvolvimento da pecuária leiteira de base familiar na região oeste paranaense, aonde a supressão das operações de preparo do solo e a terceirização da colheita,

13

Algumas dessas modalidades de geração de ocupação não-agrícola para pessoas com reduzida qualificação profissional e residente na zona rural, bem como do limitado acesso a benefícios sociais, é encontrada em VAGNERON, Isabelle. *From urban areas to rice fields: subcontractors and home workers in the Thai garment sector*. CERDI-CNRS, Université d’Auvergne, 65, boulevard F. Mitterrand, 63000 Clermont-Ferrand, 2000. Também convém consultar MEAD, Donald C. *Subcontracting in Rural Areas of Thailand*, 1982. Este paper é parte resultante do *Off-Farm Employment Project* da Universidade do Estado de Michigan.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



na produção de cereais e grãos, vem dispensando postos de trabalho que vem sendo incorporados na produção de leite e derivados¹⁴.

5. Referências bibliográficas

CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: Incorporando a Noção de Desenvolvimento Local. In: **Encontros de Socialização dos Conceitos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER**. MDA, Agosto / Setembro, Estado do Paraná, 2005.

DELGADO, G. C. e CARDOSO JR, J. C. “A Universalização dos direitos sociais no Brasil; a previdência rural nos anos 90”. Org; LEITE, S. **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

DEL GROSSI, M. E. e GRAZIANO DA SILVA, J. **Mudanças recentes no mercado de trabalho rural** In: CD-ROM dos Anais do XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER, Fortaleza/CE, julho de 2006.

DORETTO, M. & DEL GROSSI, M. E. & LAURENTI, A. C. Rendas Agrícolas e Não-agrícolas das Famílias Rurais: Estudo de Caso com Pesquisa Quantitativa de campo no Patrimônio Espírito Santo, Londrina, PR. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (Editores). **O Novo Rural Brasileiro: Rendas das Famílias Rurais**. Vol 5, Cap 6, Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004, p 205- 262.

LAURENTI, A. C. **A nova ruralidade brasileira e os desafios para reajuste da P&D para a agropecuária**. Não publicado.

LAURENTI, A. C. & DEL GROSSI, M. E. A evolução das pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (Editores). **O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Nacional e Regional**. Vol. 1, Cap. 1, Jaguariúna. S. P., EMBRAPA, 2000, p 15 – 65.

LAURENTI, A. C. & DORETTO, M. & DEL GROSSI, M. E. Ocupação e renda nas famílias das áreas rurais da região limdeira ao Lago Itaipu. In: CD-ROM dos Anais do XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural–SOBER, Juiz de Fora/MG, jul/2003.

MEAD, Donald C. **Subcontracting in Rural Areas of Thailand. Working paper No. 4**. Universidade do Estado de Michigan, 1982.

WELLER, J. El Empleo Rural en Agropecuaria en el Istmo Centroamericano. **Revista de la CEPAL**, 1997, 62: 75-90 (ago).

VAGNERON, Isabelle. **From urban areas to rice fields: subcontractors and home workers in the Thai garment sector**. CERDI-CNRS, Université d’Auvergne, 65, boulevard F. Mitterrand, 63000 Clermont-Ferrand, 2000.

14

Tais aspectos estão descritos no artigo de LAURENTI. Antonio Carlos, DORETTO. Moacyr, DEL GROSSI. Mauro Eduardo, **Ocupação e renda nas famílias das áreas rurais da região limdeira ao Lago Itaipu**. In: CD-ROM dos Anais do XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER, Juiz de Fora/MG, julho de 2003.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

6. Agradecimento

A realização deste artigo contou com a prestimosa colaboração do parceiro de trabalho Moacyr Doretto, principalmente na montagem das sintaxes (SPSS versão 7.5) de processamento dos microdados da PNAD.

7. Anexos

Anexo A – População total, segundo a situação de domicílio, e população rural com dez anos ou mais de idade pela condição de ocupação e ramo de atividade, Brasil 1981/1999. (milhões de pessoas)

População	Milhão de Pessoas			Taxa anual (%)	
	1.981	1.992	1.999	81-92	92-99
Total	119,7	145,4	160,3	1,8 ***	1,4 ***
Urbana	85,2	113,4	127,8	2,6 ***	1,7 ***
Rural	34,5	32,0	32,6	-0,7 ***	0,2
Rural com 10 anos e +	24,2	23,8	25,4	-0,2 *	0,9 ***
"PEA restrita" rural	13,9	15,0	15,4	0,7 ***	0,0
Ocupados	13,8	14,7	14,9	0,6 ***	-0,2
Agrícola	10,7	11,2	10,2	0,4 ***	-1,7 ***
Não-agrícola	3,1	3,5	4,6	1,2 ***	3,7 ***
Desempregados	0,3	0,3	0,6	7,6 ***	10,8 ***
Não -Economicamente Ativos	10,3	8,8	10,0	-1,4 ***	2,2 ***
Aposentados e pensionistas	1,2	1,5	2,2	1,9 ***	5,7 ***
Outros inativos	9,1	7,3	7,7	-2,0 ***	1,4 ***

Fonte: Projeto Urbano, IE/UNICAMP e ASE/IAPAR, 2000. Copiado da tabela 02 do segundo artigo que integra o livro ORNAs ... op cit pg 02.

a) Não inclui a população rural da região Norte, exceto o estado de Tocantins.

b) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

c) Estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não uma tendência nos dados.

Anexo B. População do Brasil, segundo a situação do domicílio, condição de ocupação e setor de atividade principal, na semana de referência da PNAD, e taxa média de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano					T ³	
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005		2.006
	1.000 pessoas						
Total¹	170.812	173.391	175.988	178.605	181.209	183.897	1,5 ***
Urbana	143.350	145.943	148.439	151.124	152.892	155.934	1,7 ***
Rural	27.462	27.448	27.549	27.480	28.317	27.963	0,5 **
Com 10 anos ou mais de idade	21.523	21.676	21.878	21.918	22.761	22.671	1,2 ***
Economicamente ativa (ampliada)	14.897	15.143	15.203	15.293	16.093	15.713	1,3 ***
Sem declaração	1	1	5	2	2	0	-10,9 _
Ocupada	14.521	14.760	14.822	14.886	15.626	15.245	1,2 ***
Grupamento não-agrícola	3.398	3.440	3.464	3.650	4.054	4.086	4,3 ***
Grupamento agrícola	11.123	11.320	11.358	11.236	11.573	11.158	0,2 _
Não remunerada	387	418	415	468	475	478	4,6 ***
Não-agrícola	35	38	38	31	42	53	6,3 *
Agrícola	352	379	377	437	433	425	4,4 ***
Próprio uso ou consumo	1.901	1.938	2.079	2.009	2.365	2.492	5,6 ***
Autoconstrução	11	11	16	6	12	20	6,9 _
Autoconsumo	1.890	1.928	2.063	2.003	2.352	2.472	5,6 ***
Economicamente ativa (restrita) ²	12.608	12.787	12.709	12.816	13.253	12.743	0,5 _
Ocupada	12.233	12.404	12.328	12.408	12.786	12.275	0,3 _
Não-agrícola	3.351	3.390	3.410	3.612	3.999	4.013	4,2 ***
Agrícola	8.881	9.013	8.918	8.796	8.787	8.261	-1,3 ***
Não ocupada e procurando emprego	375	384	381	408	467	469	5,2 ***
Não-economicamente ativa	6.626	6.532	6.671	6.623	6.666	6.957	0,9 **

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Afora as áreas rurais dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

2) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto, ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

3) Taxa média de crescimento anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

Anexo C. População urbana da Grande Região de São Paulo por condição na ocupação e setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						T ³ %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
1.000 pessoas							
Urbana	35.951	36.502	37.124	37.728	38.185	38.921	1,6 ***
Com 10 anos ou mais de idade	30.217	30.552	31.286	31.737	32.453	33.247	1,9 ***
Economicamente ativa (ampliada)	17.987	18.646	19.029	19.376	20.304	20.810	2,9 ***
Sem declaração	0	3	2	6	2	0	--
Ocupada	15.930	16.489	16.657	17.185	17.944	18.726	3,2 ***
Grupamento não-agrícola	15.421	15.854	16.019	16.515	17.270	18.042	3,1 ***
Grupamento agrícola	509	635	638	671	674	684	5,0 ***
Não ocupada e procurando emprego	2.056	2.157	2.372	2.191	2.360	2.084	0,7 _
Não-economicamente ativa	12.230	11.903	12.256	12.355	12.148	12.438	0,4 _

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2) Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

Anexo D. População rural do estado do Paraná por condição na ocupação e setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						T ³ %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
1.000 pessoas							
Rural	1.736	1.669	1.609	1.670	1.660	1.614	-1,0 *
Com 10 anos ou mais de idade	1.414	1.361	1.318	1.375	1.368	1.337	-0,6 _
Economicamente ativa (ampliada)	1.054	1.016	1.018	1.014	1.025	1.016	-0,5 *
Sem declaração	0	0	0	0	1	0	--
Ocupada	1.032	993	1.003	984	1.003	992	-0,5 *
Grupamento não-agrícola	207	232	216	237	258	265	4,9 ***
Grupamento agrícola	825	761	787	747	746	727	-2,1 ***
Não remunerada	33	31	34	39	36	30	0,5 _
Não-agrícola	2	2	0	1	1	3	--
Agrícola	31	31	34	38	36	26	-0,5 _
Próprio uso ou consumo	116	106	119	106	138	146	5,4 **
Autoconstrução	2	1	1	0	1	1	-18,3 *
Autoconsumo	114	105	119	106	138	145	5,6 **
Economicamente ativa (restrita) ²	905	879	865	869	850	840	-1,3 ***
Ocupada	883	856	850	839	828	817	-1,4 ***
Não-agrícola	203	230	215	236	257	261	4,9 ***
Agrícola	680	626	635	603	572	555	-3,7 ***
Não ocupada e procurando emprego	22	23	16	30	22	23	2,4 _
Não-economicamente ativa	360	345	299	361	342	321	-1,1 _

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2) Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural**Anexo E. População rural da Grande Região Nordeste por condição na ocupação e setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.**

Item	Ano						T ³
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	%
	1.000 pessoas						
Rural	14.393	14.527	14.549	14.401	14.951	14.764	0,6 **
Com 10 anos ou mais de idade	10.946	11.206	11.259	11.207	11.713	11.662	1,3 ***
Economicamente ativa (ampliada)	7.355	7.582	7.618	7.601	8.062	7.778	1,3 ***
Sem declaração	0	1	4	1	1	0	--
Ocupada	7.184	7.432	7.471	7.438	7.852	7.591	1,3 ***
Grupamento não-agrícola	1.435	1.421	1.384	1.462	1.671	1.647	3,6 ***
Grupamento agrícola	5.749	6.011	6.087	5.976	6.182	5.944	0,7 _
Não remunerada	185	228	242	269	278	289	8,8 ***
Não-agrícola	19	20	22	23	33	38	15,7 ***
Agrícola	166	208	220	246	245	250	7,9 ***
Próprio uso ou consumo	984	946	1.067	1.037	1.277	1.360	7,4 ***
Autoconstrução	3	6	9	2	8	11	16,3 _
Autoconsumo	981	941	1.058	1.035	1.269	1.349	7,3 ***
Economicamente ativa (restrita) ²	6.186	6.407	6.310	6.295	6.502	6.130	0,0 _
Ocupada	6.015	6.257	6.162	6.132	6.297	5.943	-0,1 _
Não-agrícola	1.413	1.395	1.352	1.437	1.628	1.598	3,3 ***
Agrícola	4.603	4.863	4.809	4.695	4.667	4.345	-1,2 *
Não ocupada e procurando emprego	171	150	148	163	210	187	4,5 *
Não-economicamente ativa	3.591	3.623	3.637	3.605	3.650	3.884	1,2 **

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto, ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2) Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.**Anexo F. População rural da Grande Região Sudeste (-SP) por condição na ocupação e setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.**

Item	Ano						T ³
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	%
	1.000 pessoas						
Rural	4.166	3.967	4.002	3.949	4.072	4.100	0,0 _
Com 10 anos ou mais de idade	3.349	3.234	3.270	3.238	3.355	3.417	0,6 _
Economicamente ativa (ampliada)	2.329	2.328	2.272	2.264	2.414	2.436	0,9 *
Sem declaração	1	0	0	0	0	0	--
Ocupada	2.275	2.277	2.217	2.215	2.367	2.370	0,9 **
Grupamento não-agrícola	493	513	526	552	566	594	3,7 ***
Grupamento agrícola	1.782	1.764	1.692	1.663	1.801	1.776	0,1 _
Não remunerada	57	42	39	36	55	51	0,3 _
Não-agrícola	4	11	5	2	4	5	-9,0 _
Agrícola	53	32	34	34	51	46	2,1 _
Próprio uso ou consumo	368	445	398	375	439	449	2,6 _
Autoconstrução	1	1	3	2	1	2	21,2 _
Autoconsumo	367	444	394	373	438	446	2,5 _
Economicamente ativa (restrita) ²	1.904	1.840	1.835	1.853	1.921	1.936	0,6 _
Ocupada	1.850	1.789	1.781	1.804	1.874	1.870	0,6 _
Não-agrícola	488	501	518	547	561	586	3,8 ***
Agrícola	1.362	1.288	1.263	1.256	1.313	1.284	-0,7 _
Não ocupada e procurando emprego	54	51	55	49	47	66	1,9 _
Não-economicamente ativa	1.019	906	998	974	941	982	-0,3 _

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2) Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste T revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural**Anexo G. População rural da Grande Região de São Paulo por condição na ocupação e setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.**

Item	Ano						t ³ %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
	1.000 pessoas						
Rural	2.181	2.229	2.209	2.212	2.357	2.243	0,9*
Com 10 anos ou mais de idade	1.751	1.754	1.778	1.756	1.918	1.861	1,6***
Economicamente ativa (ampliada)	1.099	1.033	1.039	1.081	1.225	1.162	2,4*
Sem declaração	0	0	0	0	0	0	--
Ocupada	1.014	922	930	970	1.099	1.043	2,0_
Grupamento não-agrícola	568	570	582	611	731	700	5,4***
Grupamento agrícola	446	352	348	359	367	342	-3,3*
Não remunerada	11	5	6	3	3	5	-14,3*
Não-agrícola	2	3	4	3	1	3	-6,1_
Agrícola	9	2	2	3	3	3	-11,7_
Próprio uso ou consumo	55	47	53	69	48	52	0,0_
Autoconstrução	3	2	1	0	2	4	--
Autoconsumo	53	46	52	69	46	49	-0,3_
Economicamente ativa (restrita) ²	1.033	981	981	1.009	1.173	1.104	2,6*
Ocupada	948	870	871	897	1.047	985	2,3_
Não-agrícola	564	565	576	611	729	694	5,4***
Agrícola	384	305	295	287	319	291	-3,6*
Não ocupada e procurando emprego	87	120	110	119	130	119	5,6**
Não-economicamente ativa	651	720	739	674	694	699	0,4_

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

- 1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.
- 2) Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste T revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

Anexo H. População rural da Grande Região Sul por condição na ocupação e setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						t ³ %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
	1.000 pessoas						
Rural	4.768	4.829	4.704	4.794	4.735	4.689	-0,4*
Com 10 anos ou mais de idade	3.937	3.971	3.922	4.038	3.995	3.970	0,3_
Economicamente ativa (ampliada)	3.037	3.129	3.141	3.143	3.106	3.089	0,2_
Sem declaração	0	0	1	0	1	0	--
Ocupada	2.996	3.083	3.093	3.087	3.056	3.027	0,1
Grupamento não-agrícola	642	686	698	734	761	793	4,1***
Grupamento agrícola	2.354	2.397	2.395	2.353	2.295	2.235	-1,2***
Não remunerada	108	120	108	122	103	105	-1,2_
Não-agrícola	8	3	4	3	1	6	-11,3_
Agrícola	100	118	104	119	102	100	-0,8_
Próprio uso ou consumo	337	339	367	318	373	412	3,4_
Autoconstrução	2	1	2	0	1	1	-14,4_
Autoconsumo	335	337	366	317	373	411	3,4_
Economicamente ativa (restrita) ²	2.593	2.670	2.665	2.703	2.627	2.571	-0,2_
Ocupada	2.552	2.624	2.618	2.647	2.580	2.510	-0,4_
Não-agrícola	633	683	692	730	759	786	4,2***
Agrícola	1.919	1.942	1.926	1.917	1.820	1.724	-2,1***
Não ocupada e procurando emprego	41	54	60	68	69	61	8,4***
Não-economicamente ativa	900	842	780	895	888	881	0,6_

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

- 1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.
- 2) Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural**Anexo I. População rural da Grande Região Centro Oeste (+TO) por condição na ocupação e setor de atividade Principal, segundo a semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.**

Item	Ano						t ³ %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
	1.000 pessoas						
Rural	1.954	1.896	2.085	2.125	2.202	2.168	2,9***
Com 10 anos ou mais de idade	1.541	1.512	1.649	1.679	1.779	1.760	3,4***
Economicamente ativa (ampliada)	1.076	1.071	1.132	1.204	1.286	1.249	4,0***
Sem declaração	0	0	0	1	0	0	--
Ocupada	1.052	1.046	1.111	1.176	1.252	1.214	3,8***
Grupamento não-agrícola	259	250	275	291	324	353	7,0***
Grupamento agrícola	793	796	836	885	928	861	2,7***
Não remunerada	27	22	20	38	36	27	6,5_
Não-agrícola	3	2	3	3	3	2	-0,8_
Agrícola	24	20	17	35	33	25	7,3_
Próprio uso ou consumo	157	161	194	210	228	220	8,3***
Autoconstrução	3	1	1	2	1	1	-8,5_
Autoconsumo	155	159	193	209	227	218	8,5***
Economicamente ativa (restrita) ²	892	889	918	956	1.022	1.003	3,0***
Ocupada	868	863	897	928	988	967	2,8***
Não-agrícola	254	247	272	286	320	349	7,2***
Agrícola	614	616	625	642	668	618	0,9_
Não ocupada e procurando emprego	24	26	21	28	34	35	9,2***
Não-economicamente ativa	465	441	516	474	493	511	2,1*

Fonte: FIBGE – Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

- 1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto, ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.
- 2) Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.